

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Concessionária de Rodovias TEBE S.A.  
Ribeirão Preto - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Rodovias TEBE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias TEBE S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 21 de fevereiro de 2017.

# CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2016	2015 (Reapresentado)		Nota Explicativa	2016	2015 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.329	17.731	Empréstimos e financiamentos	11	8.503	7.355
Contas a receber	6	3.637	3.703	Arrendamento mercantil	12	36	55
Impostos a recuperar		274	238	Fornecedores	13	2.819	1.824
Adiantamentos a fornecedores e outros		70	78	Fornecedores - partes relacionadas	7	-	71
Despesas antecipadas		182	167	Credores pela concessão	17	2.261	2.105
Outras contas a receber		17	18	Obrigações sociais e trabalhistas		2.861	2.463
		14.509	21.935	Obrigações tributárias	14	663	726
				Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	1.387	2.335
				Provisão para construções	16	656	1.975
				Provisão para manutenção	15	16.227	12.515
				Adiantamento de clientes		409	240
				Outras contas a pagar	13	119	108
						35.941	31.772
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	17.076	14.706	Empréstimos e financiamentos	11	26.381	28.670
Depósitos judiciais	18	99	821	Arrendamento mercantil	12	93	5
Reembolso de seguros	18	7.051	8.014	Provisão para contingências	18	7.980	10.053
Imobilizado	9	125	168	Credores pela concessão	17	350	2.286
Intangível	10	90.351	100.884	Provisão para manutenção	15	-	4.681
		114.702	124.593	Provisão para construções	16	-	306
				Dividendos a pagar	19	5.028	18.000
				Outras contas a pagar		655	-
						40.487	64.001
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	19	30.002	28.002
				Reserva estatutária		1.718	1.673
				Reserva legal		4.291	4.088
				Ágio na incorporação		6.721	6.721
				Reserva de lucros		10.051	10.271
						52.783	50.755
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			
						129.211	146.528
<b>Total do ativo</b>		<b>129.211</b>	<b>146.528</b>				

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

## Demonstrações do resultado

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2016	2015 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	20	75.205	78.944
Custo dos serviços prestados	21	(54.465)	(66.358)
Lucro bruto		20.740	12.586
Receitas/(despesas) operacionais			
Depreciações e amortizações	21	(461)	(436)
Administrativas e gerais	21	(8.384)	(8.274)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.431)	(1.532)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		10.464	2.344
Receitas financeiras		3.536	3.004
Despesas financeiras		(8.161)	(7.181)
Resultado financeiro líquido	22	(4.625)	(4.177)
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		5.839	(1.833)
Imposto de Renda corrente	8	(4.009)	(5.149)
Contribuição Social corrente	8	(1.488)	(1.908)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	8	3.714	7.366
		(1.783)	309
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		4.056	(1.524)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015 (Reapresentado)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	4.056	(1.524)
Resultados abrangentes	4.056	(1.524)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Ágio na incorporação	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros (Reapresentado)	Lucros acumulados (Reapresentado)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	25.002	6.721	4.088	1.673	14.795	-	52.279
Lucros líquidos/(prejuízos) do exercício	-	-	-	-	-	(1.524)	(1.524)
Prejuízo do exercício							
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.524)	1.524	-
Aumento de capital social conforme AGE	3.000	-	-	-	(3.000)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	28.002	6.721	4.088	1.673	10.271	-	50.755
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.056	4.056
Destinação do lucro:							
Dividendos propostos conforme estatuto	-	-	-	-	(2.028)	-	(2.028)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	4.056	(4.056)	-
Constituição de reserva legal e estatutária	-	-	203	45	(248)	-	-
Aumento de capital social conforme AGE	2.000	-	-	-	(2.000)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	30.002	6.721	4.291	1.718	10.051	-	52.783

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	4.056	(1.524)
Ajustado por		
Depreciação e amortização	16.565	18.028
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.714)	(7.366)
Apropriação da outorga variável	1.172	1.134
Valor residual do ativo imobilizado baixado	219	600
Varição monetária com os credores da concessão	199	392
Juros sobre empréstimos e financiamentos	3.383	2.416
Juros sobre contingências	795	152
Constituição de provisão para contingências	552	1.041
Baixa provisão de contingência	(1.008)	(91)
Constituição provisão para manutenção	14.909	20.416
Atualização da provisão para manutenção e construções	2.386	(144)
AVP da provisão para manutenção, construções e dos credores pela concessão	620	2.918
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício ajustado	40.134	37.972
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	66	(397)
Impostos a recuperar	1.309	1.330
Despesas antecipadas	(15)	23
Outros ativos circulantes e não circulantes	2.397	(385)
Provisão para construção	(1.862)	(2.656)
Provisão para manutenção	(18.516)	(15.889)
Fornecedores	995	486
Partes relacionadas	(71)	(5.425)
Obrigações sociais e trabalhistas	398	312
Impostos e contribuições a recolher e provisão para IR e CS	(1.011)	519
Outras contas a pagar - circulante e não circulante	834	(24)
Provisão para contingências	(3.116)	(342)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	21.542	15.524
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições do intangível	(6.207)	(11.262)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos	(6.207)	(11.262)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Liberação de financiamentos	6.257	15.346
Dividendos	(15.000)	(8.884)
Liquidação da outorga fixa e variável	(3.281)	(3.081)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(10.713)	(10.633)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos	(22.737)	(7.252)
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(7.402)	(2.990)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.731	20.721
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.329	17.731
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(7.402)	(2.990)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 12 de janeiro de 1998, e iniciou suas atividades em 02 de março do mesmo ano, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.841 de 06 de junho de 1997.

A Companhia tem como atividade preponderante a manutenção e operação do Lote 3 da malha rodoviária de ligação entre os municípios de Catanduva e Bebedouro, Taquaritinga e Pirangi e Bebedouro e Barretos. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e gestão dos serviços delegados, serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo de 240 meses com início em março de 1998 e término em fevereiro de 2018.

Em 21 de dezembro de 2006, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 11 ao Contrato de Concessão, alterando o prazo da Concessão de 240 para 324 meses. Tal alteração fundamentou-se no reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em complementação ficou formalizado desconto correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal do ônus fixo, devido pela contratada, no período de março de 2007 a fevereiro de 2018, no montante de R\$ 133 (cento e trinta e três mil reais), em valor presente líquido na base de julho de 1997.

O regime jurídico do contrato de concessão confere ao Departamento de Estrada de Rodagem - D.E.R., a prerrogativa de fiscalizar a execução dos serviços delegados e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total. É assegurado, tanto à Companhia como ao Poder Concedente, o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas.

Em 15 de dezembro de 2011, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 19/2011 ao Contrato de Concessão, alterando o índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preço de Mercado (IGPM) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) passando a vigorar a partir de 01 de julho de 2013.

Em 26 de novembro de 2013, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 020/13 ao Contrato de Concessão, alterando os prazos dos investimentos a serem realizados. Tal alteração resultou em desequilíbrio em favor do Poder Concedente em R\$ 4 mil na base jul/1997. Assim, em 31 de dezembro de 2016, os investimentos previstos visando atender aos compromissos futuros estão estimados em R\$ 35.381, e deverão ser realizados nos próximos dois anos.

#### Outras informações relevantes

Por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 27 de junho de 2013, foi divulgada a Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, de 24 de junho de 2013, contendo, dentre outros assuntos, a autorização para a realização de ajustes das tarifas de pedágio, a partir de 01 de julho de 2013, por meio do IGPM, ao contrário do previsto no Termo Aditivo e Modificativo nº 19/2011 ao Contrato de Concessão, de 15 de dezembro de 2011, que previa o reajuste das tarifas de pedágio pelo IPCA a partir de 01 de julho de 2013.

Embora tenha sido publicada a referida deliberação, o poder concedente não autorizou o repasse deste reajuste aos usuários das rodovias. Medidas compensatórias foram propostas para garantir o cumprimento das cláusulas constantes no contrato de concessão, dentre elas: (i) desconto de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário, para complementar a receita não recebida pelas concessionárias.

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013; e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável.

Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

Por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 27 de junho de 2015, foi divulgada a Deliberação da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, de 26 de junho de 2015, contendo, a autorização para a ARTESP celebrar Termo de Retirratificação ao Contrato de Concessão celebrado com a TEBE de forma a proceder a modificações no cálculo de reajuste tarifário, mediante a utilização do índice de menor variação percentual entre o IGP-M e o IPCA. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato da Concessão será realizada por fluxo de caixa livre e específico ("Fluxo de Caixa Marginal"), utilizando-se uma Taxa Interna de Retorno Anual de 12,50%, cuja periodicidade de recomposição é a cada dois anos.

Por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 30 de junho de 2016, foi divulgada a Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, de 29 de junho de 2016, contendo, dentre outros assuntos, a autorização para a realização de ajustes das tarifas de pedágio, a partir de 01 de julho de 2016, com índice de 9,321190%, ou seja, foi autorizado o índice de correção pelo IPCA.

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº 11/06, celebrado em 21 de dezembro de 2006, todos os investimentos que forem realizados após o 20º ano de concessão, serão objeto de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

## 2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 21 de fevereiro de 2017.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis apresentam incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período e estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos Contratos de Concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As demonstrações contábeis sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia estão descritos a seguir:

#### Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 R1, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura;

- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.

#### Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá pelo prazo da concessão de forma linear.

#### Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou reposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

### 3. Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### a. Instrumentos financeiros

##### i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia possui o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

##### ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

iii. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Vide Nota Explicativa nº 6 e 11.

Os empréstimos e os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia, quando existentes, são incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

v. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.



b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos por gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições de operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidas no resultado em outras receita/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios a ele e que seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixo. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Intangível

Contratos de concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa anual média ponderada (%)
Intangível em rodovia	12,55 a.a.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

## ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor a ser pago a título de participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

g. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos efetuados pela Companhia, na figura de arrendatária, são classificados como arrendamentos financeiros, pois o arrendador transferiu substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens e estes bens são classificados como ativo pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previsto em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão de manutenção - Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do Contrato de Concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

i. Receitas

Contratos de Concessão

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de Contratos de Concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no Contrato de Concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01 R1, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 R1 - Contratos de Construção.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

#### Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

#### j. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos aos ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para construção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 9,21% ao ano em 31 de dezembro de 2016 e 8,43% em 31 de dezembro de 2015; a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios estão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 9,21% ao ano em 31 de dezembro de 2016 e 8,43% em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa média do endividamento da empresa, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- Credores da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.  
A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.



I. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela de equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na Rubrica "Dividendos a pagar" por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

m. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e CPC, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações contábeis, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

(iii) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido)

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- Caixa e equivalentes de caixa: os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

- Ativos intangíveis: o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um Contrato de Concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um Contrato de Concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido;
- Passivos financeiros não derivativos: o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e saldos bancários	41	133
Numerários em trânsito (a)	340	189
Outros numerários - Fundos (b)	318	424
Total das disponibilidades	<u>699</u>	<u>746</u>
Aplicação de liquidez imediata - CDB's (c)	9.630	16.985
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>10.329</u></u>	<u><u>17.731</u></u>

- (a) Numerários em trânsito representam as arrecadações em papel moeda durante o últimos dias do mês de dezembro de 2016 que não foram depositadas em tempo hábil em contas correntes da Companhia. Estes montantes são depositados em média de dois a três dias após o recebimento;
- (b) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias;
- (c) Aplicações financeiras junto às instituições financeiras com taxa média de 100% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25.

6. Contas a receber

	2016	2015
Pedágio eletrônico a receber	3.443	3.532
Cupons a receber	46	52
Receita acessória a receber	148	119
Total das contas a receber	<u><u>3.637</u></u>	<u><u>3.703</u></u>

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de arrecadação eletrônica, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

---

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2016 e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 25.

### 7. Partes relacionadas

Operações com pessoal-chave da Administração

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia remunera seus Administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

	2016	2015
Honorários, encargos e gratificação	2.312	2.138
Vale-refeição, convênio médico e seguro de vida	15	12
	<u>2.327</u>	<u>2.150</u>

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição, participação nos lucros ou resultados e incentivo educacional.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

	2016	2015
Vale-refeição	1.118	979
Assistência médica	1.033	632
Participação nos Lucros ou Resultados	604	499
Seguro de vida	29	24
Outros	40	40
	<u>2.824</u>	<u>2.174</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico, sendo:

			2016	2015
Passivo circulante				
Fornecedores com partes relacionadas - mesmo grupo econômico:			-	71
Construtora Bebedouro Ltda.			-	71
		Resultado		
	2016	2015	2016	2015
Serviços prestados	-	71	-	933
Despesas financeiras	-	-	-	502
Total	-	71	-	1.435

8. Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado é demonstrada a seguir:

	2016	2015
Resultado do exercício antes dos impostos	5.839	(1.833)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	1.985	(623)
Ajustes do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Permanentes		
- Donativos e Brindes	19	26
- Gratificação Diretoria	212	201
- Amortização ágio incorporação	(887)	(887)
- Provisão sobre contingências	(1.246)	(1.183)
- Incentivos fiscais	(99)	(127)
- Efeitos Lei nº 12.973/2017	448	968
- Outros ajustes tributários	246	(165)
Temporários		
- Provisão sobre contingências	1.104	1.482
	(203)	315
Imposto corrente	(5.497)	(7.057)
Imposto diferido	3.714	7.366
Alíquota efetiva de impostos	(31%)	17%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Resultado	
	2016	2015 Reapresentado	2016	2015 (Reapresentado)
Benefício fiscal do ágio incorporado (a)	1.120	2.465	-	-
Provisão para contingências	355	652	(298)	258
Efeitos do ICPC 01 R1	15.601	11.589	4.012	7.108
	<u>17.076</u>	<u>14.706</u>	<u>3.714</u>	<u>7.366</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão reliazadas na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. O imposto de renda e contribuição diferidos tem a seguinte origem:  
a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente da incorporação da Infraenge Construções Ltda, nos seguintes exercícios:

- 2017: 1.120

Os valores apresentados acima foram calculados com base nas estimativas de recuperação dos créditos tributários fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas provisões.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado a mesma autoridade fiscal.

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação (%)	2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Veículos	20	67	(67)	-	22
Máquinas e Equipamentos	10	214	(89)	125	146
Total do imobilizado		<u>281</u>	<u>(156)</u>	<u>125</u>	<u>168</u>

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

10. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	2016	2015
				Líquido	Líquido Reapresentado
Intangível de construção	12,55%	181.556	(91.838)	89.718	100.016
Intangível de outorga	5,00%	6.608	(6.223)	385	716
Software	20,00%	687	(439)	248	152
		<u>188.851</u>	<u>(98.500)</u>	<u>90.351</u>	<u>100.884</u>

Movimentação do custo

	01/01/2015	Adição Reapresentada	2015 Reapresentado	Adição	2016
	Intangível de construção	167.263	9.313	176.576	4.980
Intangível de outorga	6.608	-	6.608	-	6.608
Software	427	126	553	134	687
	<u>174.298</u>	<u>9.439</u>	<u>183.737</u>	<u>5.114</u>	<u>188.851</u>

Movimentação da amortização acumulada

	01/01/2015	Adição	2015 Reapresentado	Adição	2016
	Intangível de construção	60.135	16.425	76.560	15.278
Intangível de outorga	5.562	330	5.892	331	6.223
Software	352	48	400	39	439
	<u>66.049</u>	<u>16.803</u>	<u>82.852</u>	<u>15.648</u>	<u>98.500</u>

A Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 R1 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância/segurança e sistemas de controle de arrecadação.

O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível.

11. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Juros e atualizações	2016	2015
Capital fixo	BNDES I e II - Variação monetária com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) + juros de 2,12% a.a. e 2,27% a.a., respectivamente. Finames BNDES - 3% a.a. a 10,59% a.a.	34.709	35.918
		175	107
		<u>34.884</u>	<u>36.025</u>
Circulante		8.503	7.355
Não circulante		26.381	28.670

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

---

O capital fixo foi parcialmente financiado pelas linhas de crédito Finame, FAT e PIS/PASEP junto ao BNDES.

As garantias para os financiamentos supracitados são:

- Finame - alienação fiduciária;
- FAT e PIS/PASEP - penhor das ações e cessão fiduciária dos direitos creditórios da concessão.

As parcelas classificadas no passivo não circulante, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	2016	2015
2017	-	7.235
2018	6.758	5.643
2019	5.611	4.512
2020 a 2022	14.012	11.280
	<u>26.381</u>	<u>28.670</u>

Em julho de 2013 foi obtido junto ao BNDES (linha FAT e PIS/PASEP) novo financiamento, no valor total de R\$ 36.253 pactuados contratualmente, havendo liberação parcial no valor de R\$ 15.000 em agosto de 2014, 15.346 em dezembro de 2015 e 6.023 em junho de 2016, indexadas pela URTJLP.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de 24 meses e a amortização está sendo efetuada em 84 parcelas mensais, desde 15 de julho de 2015. Os encargos financeiros são calculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescido de juros médios de 2,27% ao ano e pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente no período de amortização. Quando a variação da TJLP for superior a 6% ao ano, o excedente será capitalizado.

Os contratos firmados com o BNDES incluem cláusulas restritivas, conforme demonstrado abaixo:

Banco	Índices em 31 de dezembro de 2016	Resultado
BNDES	Geração de Caixa da Atividade/Serviço da Dívida - superior a 1,30	3,97
BNDES	Dívida Líquida/EBITDA - inferior a 2,00	0,56

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

## 12. Arrendamento mercantil

A Companhia é arrendatária de veículo de uso operacional, com opção de compra mediante contrato de arrendamento mercantil junto à instituição Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil.



CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

A Companhia mantém controle do bem arrendado, cujos valores apresentados nas demonstrações contábeis podem ser assim demonstrados/conciliados:

	2016	2015
Passivo:		
Circulante	36	55
Não circulante	93	5
	<u>129</u>	<u>60</u>

O prazo desta contratação é de 36 e 48 meses, com vencimento previsto para até o exercício de 2020.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	2016	2015 Reapresentado
Fornecedores nacionais diversos	2.819	1.824
Seguros a pagar	14	42
Outros fornecedores	105	66
	<u>2.938</u>	<u>1.932</u>
Fornecedores	2.819	1.824
Outras contas a pagar	119	108

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 25.

14. Obrigações tributárias e imposto de renda e contribuição social a pagar

	2016	2015 Reapresentado
COFINS	208	211
PIS	45	45
ISS	328	329
INSS retido	37	37
ISS retido na fonte	11	19
IRRF	6	7
PIS, COFINS e CSLL retidos.	28	78
IRPJ	990	1.665
CSLL	397	670
	<u>2.050</u>	<u>3.061</u>
Obrigações tributárias	663	726
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	1.387	2.335

#### 15. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Contrato de Concessão. A última recuperação de pavimento prevista contratualmente encerra-se em fevereiro de 2018, porém, a Administração da Companhia espera concluir todas as intervenções até o final do segundo semestre de 2017. Para essas manutenções previstas, a Administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil do pavimento.

A Concessionária realiza as provisões de manutenção com base na melhor estimativa de gastos a serem incorrido com reparos, substituições e serviços de construção e melhorias, sendo considerados os valores da próxima intervenção.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R\$ 16.227 e está demonstrado a seguir:

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
 (Valores expressos em milhares Reais)

	01/01/2015	Adição/ Baixa	Transferência	2015	Adição/ Baixa	Transferência	2016
Provisão para manutenção - circulante	5.649	(15.611)	22.477	12.515	(18.516)	22.228	16.227
AVP - provisão para manutenção - circulante	278	(278)	-	-	-	-	-
	<u>5.927</u>	<u>(15.889)</u>	<u>22.477</u>	<u>12.515</u>	<u>(18.516)</u>	<u>22.228</u>	<u>16.227</u>
Provisão para manutenção - não circulante	5.931	20.416	(22.477)	3.870	14.909	(22.228)	-
AVP - provisão para manutenção - não circulante	(1.068)	1.879	-	811	2.638	-	-
	<u>4.863</u>	<u>22.295</u>	<u>(22.477)</u>	<u>4.681</u>	<u>17.547</u>	<u>(22.228)</u>	<u>-</u>
	<u>10.790</u>	<u>6.406</u>	<u>-</u>	<u>17.196</u>	<u>(969)</u>	<u>-</u>	<u>16.227</u>

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

---

### 16. Provisão para construções

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 9,21% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos às essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldos em 01/01/2016	1.975	306
Realização da Construção	(1.862)	-
Atualização	-	142
AVP - provisão para construção	-	95
Transferência	543	(543)
Saldos em 01/01/2016	<u>656</u>	<u>-</u>
Saldos em 01/01/2015	3.273	986
Realização da Construção	(2.656)	-
Atualização	-	341
AVP - provisão para construção	-	337
Transferência	1.358	(1.358)
Saldos em 31/12/2015	<u>1.975</u>	<u>306</u>

17. Credores pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão o qual é composto pelos valores devidos ao DER-SP pela outorga da concessão, ajustados a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março/1998, sem considerar as alterações determinadas pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 2006, que autorizou a prorrogação do prazo de concessão por mais 84 meses e concedeu o desconto de 50% no valor mensal do ônus fixo, no período de março/2007 a fevereiro/2018, com a finalidade de reestabelecer o equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo Modificativo (TAM), que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA e em junho de 2015 retificou o Termo Aditivo Modificativo (TAM) de forma que o índice de reajuste das tarifas de pedágio será o menor índice entre o IGP-M e o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente em		Valor real em (*)	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Direito de outorga - parcela fixa	2.162	2.006	2.255	2.121
Parcela variável (a)	99	99	99	99
Total	<u>2.261</u>	<u>2.105</u>	<u>2.354</u>	<u>2.220</u>
Não circulante				
Direito de outorga - parcela fixa	<u>350</u>	<u>2.286</u>	<u>370</u>	<u>2.413</u>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional;

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal, exceto financeiras, efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro e a partir de novembro de 2013, por prazo indeterminado, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta mensal, exceto financeiras, como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicações no D.O.E. de 27 de julho de 2013 e D.O.E. 14 de dezembro de 2013, Processo nº 015.147/2013 e Protocolo nº 234.316/13.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2016 está assim representada:

	Parcelas		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo de parcelas	12	02	14

O valor pago pela Companhia no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ao Poder Concedente foi de R\$ 3.281 (R\$ 2.109 de parcela fixa e R\$ 1.172 de parcela variável). O valor pago em 2015 foi de R\$ 3.081 (R\$ 1.959 de parcela fixa e R\$ 1.122 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2016, os valores das parcelas relativas ao saldo a valor presente classificado no passivo não circulante apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento	Valor presente (R\$)
2018	350

## 18. Provisão para contingência

### a. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Companhia tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu com base na opinião de seus advogados uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Companhia.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é conforme segue:

	2015	Adições	Reversões	Utilizações	2016
Cíveis	10.053	2.051	1.008	3.116	7.980
Total	10.053	2.051	1.008	3.116	7.980

  

	2014	Adições	Reversões	Utilizações	2015
Cíveis	4.243	6.243	91	342	10.053
Total	4.243	6.243	91	342	10.053

A maior parte das reclamações judiciais estão suportados por seguros, cujo reembolso esta provisionado na Rubrica Reembolso de Seguros no ativo não circulante totalizando R\$ 7.051 em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 8.014 em 31 de dezembro de 2015.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados por seus advogados como de risco de perda possível, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante líquido das coberturas de seguro de R\$ 607, em 31 de dezembro de 2016, referindo-se apenas a causas cíveis basicamente a danos morais e materiais relacionados a acidentes ocorridos nas rodovias sob concessão da Companhia.

## 19. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 30.002 (R\$ 28.002 em 31 de dezembro de 2015), dividido em 20.001.434 ações preferenciais (18.668.934 ações em 31 de dezembro de 2015) e 10.000.566 ações ordinárias (9.333.066 ações em 31 de dezembro de 2015), todas nominativas e sem valor nominal.

### b) Reserva legal

É constituída de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas (artigo 193), sendo calculada a razão de 5% do lucro líquido do exercício, anteriormente a qualquer destinação, limitada a até o montante de 20% do capital social.

A reserva legal do exercício de 2016 foi calculada em 31 de dezembro de 2016 e a do exercício de 2015 foi calculada em 31 de dezembro de 2015, conforme segue:

Descrição	2016	2015 Reapresentado
Lucro líquido do exercício (base de cálculo)	4.056	(1.518)
5% do lucro líquido ajustado - Reserva legal	203	-

c) Dividendos propostos

Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 30 de junho de 2016, os acionistas controladores optaram por pagar R\$ 15.000 de dividendos conforme deliberações realizadas em 27 de fevereiro e 15 de dezembro de 2014 (R\$ 5.000 e R\$ 10.000, respectivamente).

Em conformidade com o Estatuto Social foi constituído o percentual de 50% (R\$ 2.028) do Lucro Líquido do exercício a título de dividendo mínimo obrigatório.

d) Reserva de lucros

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos Acionistas controladores.

e) Reserva estatutária

Em conformidade com o Estatuto Social foi constituído o percentual de 2,5% (R\$ 45) do saldo do Lucro Líquido (após a constituição da Reserva Legal e Dividendos mínimos obrigatórios) do exercício a título de Reserva Estatutária.

20. Receitas

	2016	2015
Pedágio em numerário	29.898	28.309
Pedágio por equipamentos eletrônicos	46.057	45.234
Pedágio em cupons	553	619
Receita de construção (a)	4.380	10.175
Receitas acessórias (b)	1.940	1.611
Deduções	(7.623)	(7.004)
	<u>75.205</u>	<u>78.944</u>

- (a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC 01 R1 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido por meio de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A Administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção;
- (b) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.



CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

21. Gastos por natureza

	2016			2015		
	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total	Custos dos serviços prestados Reapresentado	Despesas administrativas e gerais Reapresentado	Total
Pessoal	(10.565)	(4.498)	(15.063)	(9.129)	(4.331)	(13.460)
Custo de construção (a)	(4.380)	-	(4.380)	(10.175)	-	(10.175)
Custo de manutenção (b)	(14.908)	-	(14.908)	(20.416)	-	(20.416)
Serviços de terceiros	(4.145)	(1.492)	(5.637)	(4.979)	(1.505)	(6.484)
Materiais/ equipamentos/ veículos	(2.192)	(393)	(2.585)	(2.104)	(374)	(2.478)
Poder concedente (c)	(1.172)	-	(1.172)	(1.135)	-	(1.135)
Depreciação e amortização (d)	(16.104)	(461)	(16.565)	(17.592)	(436)	(18.028)
Provisão de contingência	-	(986)	(986)	-	(979)	(979)
Outros	(999)	(1.015)	(2.014)	(828)	(1.085)	(1.913)
	<u>(54.465)</u>	<u>(8.845)</u>	<u>(63.310)</u>	<u>(66.358)</u>	<u>(8.710)</u>	<u>(75.068)</u>

- (a) Referem-se aos custos incorridos quando da contratação de fornecedores para obras na infraestrutura. O reconhecimento do custo de construções ocorre de forma progressiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 17 R1 - Contratos de Construção, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A mensuração do custo é realizada por empresas de engenharia responsável por emitir os relatórios de medição;
- (b) Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da ARTESP;
- (c) Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual;
- (d) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

22. Resultado financeiro

	2016	2015
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	2.217	1.847
Descontos obtidos	1.283	1.108
Juros ativos	36	3
Outros	-	46
	<u>3.536</u>	<u>3.004</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.383)	(2.416)
Despesas bancárias	(79)	(5)
Ajuste a valor presente	(3.006)	(2.774)
Tributos (a)	(277)	(359)
Outras	(1.416)	(1.627)
	<u>(8.161)</u>	<u>(7.181)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.625)</u>	<u>(4.177)</u>

- (a) Os tributos referem-se à PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e IOF sobre financiamento.

### 23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir:

Descrição	Tipo de seguro	2016
Riscos operacionais	Riscos operacionais	13.765
Riscos de engenharia	Riscos de engenharia	8.100
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	11.471
Seguro garantia	Seguro garantia de funções de ampliação	2.164
Seguro garantia	Seguro garantia de funções operacionais, conservação	34.584
Seguro garantia	Seguro garantia de pagamento valor fixo	599
		<u>70.683</u>

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia.

### 24. Compromissos vinculados ao Contrato de Concessão

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2016 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

## 25. Instrumentos financeiros

### Gerenciamento dos riscos financeiros

#### Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

#### Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

#### Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

#### Gestão de risco de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

Periodicamente a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que se segue:

- Empréstimos e financiamentos: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas;
- Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias;
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

Ativos	2016	2015
	Empréstimos/ recebíveis	Empréstimos/ recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	699	746
Aplicações financeiras	9.630	16.985
Contas a receber de clientes	3.637	3.703
Outras contas a receber	17	18

Passivos	2016	2015
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado Reapresentado
Fornecedores	2.819	1.824
Empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil	35.013	36.085
Credores pela concessão	2.611	4.391
Partes relacionadas	-	71

#### Riscos de taxa de juros

##### a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não apresentava saldo de passivo sujeitos à riscos normais de mercado.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava valores a receber, registrados na Rubrica "Contas a receber":

	2016	2015
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S/A	3.223	3.298
DBTRANS S/A	54	64
CBMP S/A	129	172
Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S/A	83	50
Outras contas a receber	148	119
	<u>3.637</u>	<u>3.703</u>

d) Risco de liquidez

A Companhia possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
BNDES I	TJLP+2,12%	2.734	1.132	-	-	-	3.866
BNDES II	TJLP+2,27%	5.697	5.588	5.588	5.588	8.382	30.843
FINAME	7,96%	68	39	24	24	20	175
Leasing	16,69%	36	31	31	31	-	129
Credores pela concessão	IGP-M	2.261	350	-	-	-	2.611
Total		<u>10.796</u>	<u>7.140</u>	<u>5.643</u>	<u>5.643</u>	<u>8.402</u>	<u>37.624</u>

26. Reapresentação das demonstrações financeiras comparativas

A Companhia identificou diversos ajustes e reclassificações a serem realizados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e do semestre findo em 30 de junho de 2015 anteriormente apresentadas, conforme descritos nos quadros abaixo. Esses ajustes tiveram efeitos nas contas patrimoniais e de resultado. A demonstração dos fluxos de caixa comparativa, apresentada em conjunto com a de 2016 já considera esses ajustes e reclassificações efetuados:

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

Ativo

	Nota	2015	Ajustes e reclassificações	2015 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.731	-	17.731
Contas a receber	6	3.703	-	3.703
Impostos a recuperar		202	36	(b) 238
Adiantamento a fornecedores e outros		78	-	78
Despesas antecipadas		167	-	167
Outras contas a receber		18	-	18
Total do ativo circulante		21.899	36	21.935
<b>Não circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	14.174	534	(a) 14.706
Depósitos judiciais	18	821	-	821
Reembolso de seguros	18	8.014	-	8.014
Imobilizado	9	168	-	168
Intangível	10	102.924	(2.040)	(c, d) 100.884
Total do ativo não circulante		126.101	(1.506)	124.593
Total do ativo		148.000	(1.470)	146.528

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

Passivo e patrimônio líquido				
	Nota	2015	Ajustes e reclassificações	2015 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	11	7.355	-	7.355
Arrendamento mercantil	12	55	-	55
Fornecedores	13	1.824	-	1.824
Fornecedores - partes relacionadas	7	71	-	71
Credores pela concessão	17	2.105	-	2.105
Obrigações sociais e trabalhistas		2.463	-	2.463
Obrigações tributárias	14	726	-	726
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	1.523	812	(a) 2.335
Provisão para construção	16	1.975	-	1.975
Provisão para manutenção	15	12.515	-	12.515
Adiantamentos de clientes		240	-	240
Outras contas a pagar	13	108	-	108
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>30.960</b>	<b>812</b>	<b>31.772</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	11	28.670	-	28.670
Arrendamento mercantil	12	5	-	5
Provisão para contingências	18	10.053	-	10.053
Credores pela concessão	17	2.286	-	2.286
Provisão para manutenção	15	4.681	-	4.681
Provisão para construções	16	306	-	306
Dividendos a pagar	19.c.	18.378	(378)	(a,b,c,d) 18.000
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>64.379</b>	<b>(378)</b>	<b>64.001</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	19	28.002	-	28.002
Reserva estatutária		1.681	(8)	(a,b,c,d) 1.673
Reserva legal		4.125	(37)	(a,b,c,d) 4.088
Ágio na incorporação		6.721	-	6.721
Reserva de lucros		12.130	(1.859)	(a,b,c,d) 10.271
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>52.659</b>	<b>(1.904)</b>	<b>50.755</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>				
		<b>147.998</b>	<b>(1.470)</b>	<b>146.528</b>



CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares Reais)

	Nota	31/12/2015	Ajustes e reclassificações	31/12/2015 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	20	78.904	40	(b) 78.944
Custo dos serviços prestados	21	(64.879)	(1.479)	(c) (66.358)
Lucro bruto		14.025	(1.439)	12.586
Receitas (Despesas) operacionais				
Depreciações e amortizações	21	(371)	(65)	(c) (436)
Administrativas e gerais	21	(8.267)	(7)	(e) (8.274)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.042)	(490)	(d) (1.532)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		4.345	(2.001)	2.344
Receitas financeiras		3.004	-	3.004
Despesas financeiras		(7.181)	-	(7.181)
Resultado financeiro líquido	22	(4.177)	-	(4.177)
Lucro antes do imposto de Renda e da Contribuição Social		168	(2.001)	(1.833)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	8	(6.246)	(811)	(a) (7.057)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	8	6.834	532	(a) 7.366
Lucro líquido do período		756	(2.280)	(1.524)

- (a) Recálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social em função da (i) amortização da adoção inicial da Lei nº 12.973/2014 (diferença entre a contabilidade societária e a fiscal), (ii) revisão das taxas de depreciação / amortização dos bens do ativo imobilizado e intangível, (iii) recálculo do PIS e da COFINS e (iv) baixa de bens do ativo intangível.
- (b) Recálculo do PIS e da COFINS em decorrência do início da utilização para fins de créditos do valor da depreciação e amortização dos bens do ativo imobilizado e intangível, conforme Lei nº 12.973/2014;
- (c) Revisão das taxas de depreciação e amortização dos bens do ativo imobilizado e intangível.
- (d) Baixa de bens do ativo intangível.
- (e) Reclassificação de despesa contabilizada em outro período.